



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO

VINÍCIUS DE ALMEIDA MARIANO

**Refluxo 64:  
Imprensa e democracia goiana sob ataque**

GOIÂNIA

2022



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
ESCOLA DE DIREITO, NEGÓCIOS E COMUNICAÇÃO  
GRADUAÇÃO EM JORNALISMO

VINÍCIUS DE ALMEIDA MARIANO

**Refluxo 64:  
Imprensa e democracia goiana sob ataque**

Trabalho de Conclusão de  
Curso apresentado ao curso de  
Jornalismo, da Pontifícia  
Universidade Católica de Goiás,  
sob orientação do Professor  
Me. Luiz Serenini

GOIÂNIA

2022

## **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica (PUC-GO) como requisito para a obtenção do diploma de Bacharel em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo, orientado pelo Prof. Me. Luiz Serenini.

Goiânia, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado em: 07/12/2022.

Nota: \_\_\_\_.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Me. Luiz Serenini (Orientador)

---

Prof. Me. Antônio Carlos Cunha (Avaliador)

---

Prof. Me. Enzo de Lisita (Avaliador)

“Não há democracia verdadeira e corajosa  
sem um papel legítimo e livre da imprensa”

Hélio Rocha

## AGRADECIMENTOS

Ao olhar para trás, revivendo em segundos o que se passou por esses últimos quatro anos, não poderia deixar de agradecer imensamente a Deus, por sua interseção em minha jornada, sempre me direcionando ao caminho correto.

Da mesma forma, sou eternamente grato a aqueles que me deram a vida e me guiaram sempre dentro da moral e da ética, de modo a formar meu caráter, sendo eles: meu pai, **Humberto Pereira Mariano**, minha mãe, **Adriana da Costa Almeida**, minha avó **Iracy Almeida** (in memoriam), e meu irmão, **Vitor Henrique de Almeida Mariano**.

Agradeço a minha noiva, **Amanda Arantes Borges**, por sempre me apoiar, incentivar e me ajudar a manter vivo o sonho de ser jornalista. Sem ela, eu não estaria aqui.

Aos meus amigos de infância e de vida **Caio Lucas**, **Gabriel Abadio** e **Alliny Castro** por contribuírem com as tantas risadas que aliviavam os dias mais tensos da graduação.

Aos colegas de classe que dividi os dias bons e ruins, atividades e os tempos dúbios de aprendizado remoto durante a pandemia do Covid-19. Em especial, minha grande amiga **Jordana Ayres**, que esteve comigo desde a primeira atividade do curso, **Gabriela Menin**, minha dupla na maioria dos trabalhos, e aquelas que me acolheram quando tive que trocar de turno e que sou eternamente grato, **Victoria Lacerda**, **Sabrina Alves**, **Maísa Martins**, **Beatriz Mendes**, **Kayo César**, **Gilberto de Oliveira** e **Yorrana Maia**.

Agradeço a todos os professores que passaram pelas salas de aula, as quais pude absorver e aprender o que de fato é o jornalismo. Em especial, agradeço as professoras **Gabriela Lucciani** e **Sabrina Oliveira** e os professores **Antônio Carlos**, **Rogério Borges**, **Enzo de Lisita** e **Joãoimar Carvalho de Brito Neto**, pelos momentos de alegria dentro da sala de aula, que me inspiram ainda mais a seguir futuramente a carreira acadêmica.

Ao meu professor e orientador **Luiz Serenini**, expressei meu extremo agradecimento pela paciência e por cada reunião de direcionamento deste trabalho.

## **RESUMO**

O presente trabalho tem como objetivo documentar a relação entre a imprensa, democracia e a situação política em Goiás no início dos anos 60, destacando as consequências da ditadura militar para os veículos de comunicação e os jornalistas da época. O produto deste trabalho é um filme documentário denominado **Refluxo 64: Imprensa e democracia goiana sob ataque**, composto por cinco personagens que vivenciaram ou têm relação com os acontecimentos do golpe militar de 1964. Além disso, o documentário tem a participação de um historiador, de modo a contextualizar o cenário político do Estado à época.

**Palavras-chave:** Documentário. Golpe. Regime Militar. Ditadura Militar. Goiás. Imprensa. Democracia. 1964.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	8
<b>2. 1964: O GOLPE QUE COMEÇOU ANTES. E NÃO ACABOU</b> .....	9
2.1 Governo e renúncia de Jânio Quadros .....	9
2.2 Idas e vindas de Jango .....	11
2.3 Da volta ao presidencialismo à queda de um presidente .....	14
<b>3. O GOLPE CHEGA EM TERRAS GOIANAS</b> .....	<b>18</b>
3.1. A convocação e a indicação.....	18
3.2 A queda se inicia por um rancor antigo.....	20
3.3 A conversa com o Presidente .....	23
3.4 Início da fase do terror .....	24
3.5 A intervenção .....	28
<b>4. A IMPRENSA E O GOLPE</b> .....	32
<b>5. O CONCEITO DE DOCUMENTÁRIO</b> .....	33
5.1 Os modos de representação do documentário .....	34
5.2 O processo de construção de um documentário.....	36
<b>6. METODOLOGIA</b> .....	37
<b>MEMORIAL</b> .....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	41
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	42
<b>APÊNDICE</b> .....	43

## INTRODUÇÃO

Diante dos recentes acontecimentos do ano de 2022, os quais se destacam as manifestações antidemocráticas, onde são presenciados pedidos de intervenção militar, chegando até a intitulação de “new 1964” em faixas em apoio à volta da ditadura militar por parte de manifestantes da extrema direita na tentativa de desvalidar as eleições, este trabalho tem o objetivo de realizar um resgate histórico sobre como foi o processo de implementação do golpe de 1964 e como isso afetou o cotidiano da imprensa goiana.

O produto do trabalho evidencia depoimentos e memórias que contam como foi o período da ditadura militar em Goiás, com um recorte dado ao que levou o seu início e os desdobramentos do golpe para os profissionais da imprensa goiana. O filme documentário conta com cinco jornalistas que estão ligados aos acontecimentos da ditadura, em especial três deles que vivenciaram o início do golpe. É realizada também uma contextualização histórica em nível nacional, bem como é explicado o cenário político do Estado de Goiás.

Denominado ***Refluxo 64: Imprensa e democracia goiana sob ataque***, o seguinte trabalho além de documentar os depoimentos de personagens que viveram na pele as consequências da ditadura, serve também como comparativo entre aqueles anos e o período atual relacionado ao papel da imprensa mediante a democracia.

Assim, este trabalho busca realizar uma análise do comportamento do cenário político e da imprensa goiana nos primeiros anos da década de 1960, que desencadearam 21 anos de censura, tortura e dias sombrios que aterrorizam até hoje a democracia nacional.

## **2. 1964: O GOLPE QUE COMEÇOU ANTES. E NÃO ACABOU**

### **2.1 Governo e renúncia de Jânio Quadros**

Era outubro de 1960, quando Jânio da Silva Quadros foi eleito presidente com 48% dos votos do eleitorado, cerca de 5,6 milhões de votos. Era então o primeiro presidente a tomar posse na nova capital, Brasília, em 31 de janeiro de 1961. Devido à legislação eleitoral da época, Jânio foi eleito tendo como vice-Presidente, João Belchior Marques Goulart, popularmente conhecido como Jango, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), chapa adversária à de Jânio Quadros.

Jânio Quadros foi eleito pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN) com o apoio da União Democrática Nacional (UDN), um partido de centro-direita, e aliado das políticas norte-americanas. Entre suas principais promessas, se destacavam a busca pelo fim da corrupção na administração pública, marcada desde o jingle da campanha, que exortava “Varre, varre vassourinha, varre, varre a bandalheira”, e apelava para outros fatores relacionados à economia nacional, como o controle da inflação e o saneamento das finanças públicas.

Apesar de ter sido eleito como esperança da população brasileira, Jânio Quadros não chegou a ocupar sete meses completos no cargo de presidente. Durante seu curto período na presidência, que foi de 31 de janeiro a 25 de agosto de 1961, seu governo foi constantemente criticado devido às medidas tomadas, tanto no setor econômico, como em diversos outros.

Ao contrário do que prometera em sua campanha eleitoral, o governo de Jânio Quadros ficou marcado por medidas totalmente contrárias da real necessidade da população brasileira na época. Suas decisões divergiram das expectativas políticas da sociedade de modo a perder o fervoroso popularismo com o qual foi eleito. Em sua tese de mestrado intitulada *Debatendo a Legalidade*<sup>1</sup>, Vagner Correa de Lima trata especificamente do que chama de moralização do serviço público, o que para ele não passou de uma grande polêmica acerca de questões menores como o horário de trabalho dos servidores ou de funcionamento das repartições. O autor salienta a

---

<sup>1</sup> In: <https://www.historia.uff.br/stricto/td/2191.pdf> Acessado em 20/04/2022, às 17h15

instabilidade do presidente, que meses após voltava atrás, redefinindo como novos os antigos horários.

Não bastasse isso, vivia-se um contínuo crescimento da inflação, enquanto os principais decretos de Jânio Quadros estavam voltados para a “moralização da família e dos costumes”, como ele mesmo descrevia. Assim, eram efetuadas proibições polêmicas relacionadas ao cotidiano da população brasileira, como as corridas de cavalo em dias úteis, as brigas de galo, o uso de biquínis e lança-perfumes, entre outras irrelevâncias.

O rompimento de Jânio Quadros com a UDN foi outro fator que enfraqueceu ainda mais sua governabilidade, de modo a afetar sua política interna, e caracterizar sua política externa como independente. Além de romper com o partido apoiado pelos Estados Unidos, Jânio não apoiou medidas americanas contra o governo socialista cubano. E buscou a ampliação de relações comerciais com outros países socialistas, chegando até a condecorar Ernesto Che Guevara com a medalha da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Segundo o historiador Marco Antônio Villa, o presidente

Adotou medidas moralistas, na contramão das mudanças culturais que estavam ocorrendo no país, advindas do processo de urbanização. Mas ficou marcado pela “política externa independente”. Com Afonso Arinos de Melo Franco, seu ministro das Relações Exteriores, desenhou uma ação diplomática que rompesse com as barreiras impostas pela Guerra Fria (VILLA, 2014, p. 17).

Assim, diante das movimentações e da proximidade com autoridades de esquerda, a política externa independente de Jânio Quadros gerou inimizades que iam desde o partido que o apoiou em sua eleição, a UDN, como representantes dos EUA, e também com o governador do então estado da Guanabara Carlos Lacerda, que foi um grande apoiador do presidente no momento de sua campanha eleitoral.

Bastaram seis meses do governo para que Lacerda se tornasse o principal opositor de Jânio, chegando a afirmar que “Apenas os comunistas apoiam a política do presidente Jânio Quadros” (MARKUN; HAMILTON, 2011, p. 73). Durante um discurso feito em uma rede de rádio e televisão na noite de 24 de agosto de 1961, Lacerda acusou Jânio de estar articulando um golpe socialista, como relatado pelos mesmos autores. Um dia depois, quando se comemorava o Dia do Soldado, Jânio Quadros renunciou ao cargo de

Presidente da República, alegando que “forças terríveis” se levantaram contra ele.

Para Schwarcz e Starling (2015), a intenção de Jânio com a renúncia, apesar de ele nunca ter explicado aos brasileiros, era de causar uma comoção nacional, impedindo sua renúncia e fazendo com que ele retornasse ao cargo triunfalmente com os poderes presidenciais aumentados, sem uma interferência do Congresso Nacional. Assim, a renúncia era uma arma a ser usada como forma de evitar desgastes. E, como João Goulart estava fora do país e tinha grande rejeição entre os militares, Jânio chegou a dizer que considerava sua volta ao cargo inevitável. Porém, como citado pelas autoras “se o plano era esse, deu tudo errado” (2015, p. 256), o Congresso aceitou a renúncia duas horas depois de receber a carta com a decisão de Jânio.

## 2.2 Idas e vindas de Jango

João Goulart, vice-presidente até então, era quem deveria assumir o cargo em lugar de Jânio. Contudo, estava em uma viagem diplomática na China comunista, e mesmo se tratando de uma visita oficial, em meio à Guerra Fria, havia a agravante de que ele era visto como um líder da república sindicalista, como descrito por Villa (2014). Foi então instaurada uma crise política sobre se deveria ou não haver a sua posse. Ministros, militares e conservadores se recusavam deixar a Jango assumir o poder, chegando a fazer ameaças de que ele seria preso ao retornar ao país. Segundo Markun e Hamilton,

Em Brasília, o deputado Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara dos Deputados, exercia a Presidência da República em caráter extraordinário. Empossado sete meses antes, Jânio Quadros havia renunciado e agora se preparava para embarcar num navio rumo a Londres. Seu vice, João Goulart, estava fora do país, em missão oficial. Naquele momento, Mazzilli, presidente por direito assegurado pela Constituição, nomeava e demitia auxiliares, mas não mandava nada. O poder de fato era compartilhado pelos três ministros militares, que já haviam anunciado aos quatro ventos: se Goulart, o vice com simpatias pela esquerda, ousasse voltar ao país, não só não assumiria a Presidência como ainda seria preso. (MARKUN e HAMILTON, 2011, p. 10).

Eduardo Bueno relata em seu livro (2012) que, tanto o Congresso Nacional como o comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul, general Machado Lopes, se negavam a vetar a posse de Jango. O general

Lopes, instigado pelo governador gaúcho Leonel Brizola, chegou a declarar sua disposição de “pegar em armas” como forma de exigir que a Constituição fosse cumprida. De modo que se deu origem a chamada “Cadeia da Legalidade”, pela qual, utilizando transmissores de rádio no porão do Palácio Piratini, o governador gaúcho pretendia levar a resistência para garantir a posse de Jango. Como relatado por Vagner Corrêa de Lima, a partir dessas transmissões a população brasileira obteve conhecimento dos fatos que estavam ocorrendo.

Jango somente retorna ao Brasil em 31 de agosto de 1961, após uma viagem tensa, que culminou inclusive com ameaças de que o avião seria atacado por caças da Força Aérea Brasileira (FAB), segundo relatos de Carlos Fico (2014). Em solo brasileiro, Jango enfrentou dias de crise diante da grande rejeição relacionada à sua posse. A solução para a crise se deu, novamente segundo Bueno (2012), com a criação de uma comissão no Congresso Nacional que propôs a diminuição dos poderes do novo presidente e a adoção de um regime parlamentarista. Marco Antônio Villa, por sua vez, detalha pormenorizadamente que

A emenda parlamentarista apresentada pelo deputado Raul Pilla foi aprovada na Câmara – por 233 votos a favor e 55 contra – e no Senado – 47 votos favoráveis e 5 contrários. Pela Emenda Constitucional n. 4, a eleição do presidente da República seria indireta, feita pelo Congresso Nacional. O comando das Forças Armadas não seria mais do presidente, mas sim do primeiro-ministro – na denominação da emenda, o presidente do Conselho de Ministros. As atribuições presidenciais tinham sido limitadas – como ocorre em qualquer regime parlamentarista. A responsabilidade do governo era do primeiro-ministro. (VILLA, 2014, p. 18).

Foi sob este cenário que, no aniversário da Independência do ano de 1961, Jango tomou posse em Brasília, e, de acordo com Bandeira (1978), apesar de ter um programa de governo, visão ampla dos problemas dos brasileiros e larga experiência na política federal, recebeu um Congresso enfraquecido e meio a uma “espiral inflacionária”. As historiadoras Lilia Schwarcz e Heloisa Starling são categóricas ao afirmar que

A situação do país continuava difícil: inflação alta e em trajetória ascendente, descontrole dos gastos públicos e um alarmante volume de dívida externa a ser pago já nos primeiros meses de 1962. Ademais, Goulart assumiu o cargo em regime de emergência: ele até dispunha

de esboço para um plano de governo — as reformas de base —, mas não teve tempo de construir uma estratégia de planejamento. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 258).

Além disso tudo, João Goulart ainda estava diante do parlamentarismo, uma solução inventada às pressas, conforme definem as mesmas autoras, o que dava ampla força ao Legislativo sem deixar espaço de ação ao Executivo.

Villa afirma que Jango, sem alternativas e na busca de soluções para tomar posse de qualquer forma, concordou com o parlamentarismo por puro senso de oportunidade. Foi o que encaminhou a indicação de Tancredo Neves, do PSD de Minas Gerais, como candidato a primeiro-ministro pela bancada do partido, que era majoritário, o que tornou a aprovação mais fácil. Agora a questão era saber qual seria o prazo de validade daquela solução inesperada.

Certo é que, então, assume o cargo de primeiro-ministro, durante a contínua e crescente crise econômica, como relatado por Bandeira, ao afirmar que Tancredo,

incumbido de compor o primeiro gabinete parlamentar da República, encontrou o País, como ele próprio diria, "numa situação já bastante difícil, com uma reforma cambial drástica iniciada, cuja implementação, segundo a sistemática do tratamento de choque da economia, impunha medidas ainda mais drásticas, que Jânio Quadros não teve coragem ou condições para tomar (BANDEIRA, 1978, p. 42).

O Governo de Tancredo Neves como Primeiro-Ministro não conseguiu, no entanto, conter a aceleração da inflação, tornando mais intensos os conflitos sociais e agravando a inquietação política daquele momento.

Fico (2014) descreve o início da experiência parlamentarista como um fracasso, uma vez que a validade da solução para a posse de Jango teve a duração de um período quase tão curto como o próprio governo de Jânio. Tancredo Neves renuncia ao cargo de primeiro-ministro em junho de 1962, com o intuito de se reeleger deputado federal.

Jango, então, realiza indicações que geraram revolta em certos grupos. O primeiro nome proposto para novo primeiro-ministro foi o do petebista San Tiago Dantas, sendo recusado pela Câmara dos Deputados. O segundo nome indicado foi o do senador pessedista Auro de Moura Andrade, irritando desta vez os operários, que ameaçaram a realização de uma greve geral. Por fim, o nome aceito foi o do deputado gaúcho Brochado da Rocha. Foram idas e vindas que, ainda segundo Fico, expressaram a inviabilidade do parlamentarismo.

O ápice do fracasso do parlamentarismo à brasileira é relatado por Villa (2014), quando o autor evidencia que Brochado da Rocha serviu como um instrumento de Jango para desmoralizar ainda mais o próprio sistema de governo. Com dificuldades de reunir um gabinete, mais uma vez um primeiro-ministro renunciou ao cargo, agora em setembro de 1962. Após a renúncia de Brochado, e mediante a pressão dos operários, o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963, quando enfim a população apontaria a sua preferência pela manutenção do parlamentarismo ou pelo resgate do presidencialismo.

Como cerca de 9 milhões e meio de brasileiros, ainda mais estimulados por benefícios concedidos por Jango, cravaram pela volta do presidencialismo, o campo ficou aberto e João Goulart retomou seus poderes como presidente de maneira integral. Segundo Bandeira,

Cinco dias antes, Jango concedeu aumento médio de 75% do salário-mínimo, quase repetindo a façanha que o tornara famoso quando ministro do Trabalho de Getúlio Vargas, ocasião em que concedeu aumento de 100%. O apoio dos trabalhadores ao retorno do presidencialismo estava garantido. No dia do plebiscito, mais de 11 milhões de pessoas votaram. O presidencialismo ganhou com 9.457.448 votos, contra apenas 2.073.582 dados ao parlamentarismo. (BANDEIRA, 1978, p. 42).

Assim, a volta do presidencialismo foi uma confirmação da legitimidade do mandato de Goulart, bem como também uma espécie de fortalecimento de seu nome no âmbito político.

### 2.3 Da volta ao presidencialismo à queda de um presidente

João Goulart era agora o timoneiro do país, revigorado com a volta do presidencialismo. Só que com isso voltava sobre ele igualmente a responsabilidade de lidar com problemas crônicos daquela época. Na visão de Villa,

Em meio à turbulência política, a taxa de inflação não parou de crescer. Se em 1960 estava em 30,5%, um ano depois chegava a 47,8% e em 1962 saltou para 51,6%. Não havia nenhum mecanismo de correção salarial nem monetária. A balança comercial fora superavitária em 1961: US\$ 111 milhões, mas em 1962 o déficit foi de US\$ 90 milhões. A dívida externa líquida tinha se mantido relativamente estável: em 1960 fora de US\$ 3,39 bilhões. No ano seguinte, caíra para US\$ 2,82 bilhões, mas em 1962 voltou a crescer: US\$ 3,24 bilhões. (VILLA, 2014, p. 25)

O mesmo autor também relata que uma das tentativas de Jango para conter a situação foi o intervencionismo estatal, porém de nada adiantou, servindo apenas para desviar as críticas para os produtores rurais. A partir daí, os temas das reformas de base passaram a ocupar as atenções governamentais, com a apresentação da tese, dentro da reforma agrária, de que a produção de alimentos era insuficiente devido à permanência do latifúndio. Afirmando que a população dos centros urbanos tinha aumentado drasticamente por conta da migração da população dos campos para as cidades, pressionando assim os preços e contribuindo com a crescente da inflação. Villa ainda aponta que

O crescimento da produção agrícola conduziria à queda dos preços e diminuiria o custo de reprodução da força de trabalho. Por outro lado, a ampliação do número de pequenos proprietários e o dinamismo econômico gerado pela reforma agrária transformaria o campo em mercado para os produtos industrializados. Dessa forma, a tese amarrava os dois pontos – campo-cidade e agricultura-indústria. Porém, omitia-se que uma mudança estrutural dessa magnitude não levaria a uma diminuição a curto prazo no preço dos alimentos. Além do que, a criação de uma classe de pequenos proprietários não necessariamente ampliaria a produção de alimentos na escala exigida pelo crescimento da população urbana. (VILLA, 2014, p. 25)

Dentro do projeto político de Jango, Bandeira relata que, além da reforma agrária, outros quatro itens compunham as reformas de base, sendo elas: a reforma política; a reforma universitária, visando assegurar a liberdade de ensino e abolindo a vitaliciedade de cátedra; a reforma da Constituição para poderes legislativos ao Presidente da República; e a consulta à vontade popular, através de plebiscitos.

Esses temas, segundo Villa, continuaram sendo bastantes abordados por Jango no início do ano de 1964, mesmo não havendo nenhuma definição clara dessas reformas. E diante disso, se implantou uma especulação dominante de que Jango tinha intenções de realizar um golpe. O autor ainda afirma que Jango se encontrava isolado dentro do Congresso, diante da extrema oposição da UDN e da repartição da esquerda, em um momento em que nem Brizola o apoiava mais.

Fico também relata que essas reformas eram muito indefinidas e que se constituíam em metas que incorporavam, ao ideário trabalhista, os objetivos estabelecidos pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), mesmo que no governo

Goulart, elas assumiram uma conotação menos revolucionária. Essa situação confusa agravou ainda mais a relação de Jango com grupos de militares espalhados pelo país, bem com os EUA, que se dispuseram veementemente a ajudar os militares brasileiros a lutarem contra a imposição do comunismo. Dentro de um cenário de radicalização política por todo o país, o mesmo autor conta que Jango decidiu realizar vários comícios pelo território brasileiro, para levar a mensagem das reformas de base a fim de pressionar o Congresso Nacional. E em 13 de março de 1964, como afirma Fico, se deu a

a origem do famoso Comício da Central, programado para ser o primeiro de vários, mas que, como sabemos hoje, foi determinante para sua queda. Um dos panfletos de convocação da "concentração popular" dizia que "os trabalhadores e o povo em geral demonstrarão (...) que estão decididos a participar, ativamente, das soluções para os problemas nacionais e manifestarão sua inabalável disposição a favor das reformas de base (...) que querem ver concretizadas neste ano de 1964". E prosseguia mencionando a luta dos sargentos: "exigiremos também a extensão do direito de voto aos analfabetos, soldados, marinheiros e cabos, e elegibilidade para todos os eleitores, bem como a necessidade da imediata anistia a todos os civis e militares indiciados e processados por crimes políticos". (FICO, 2014, p. 44).

De acordo com as autoras Schwarcz e Starling (2015), Jango mobilizou uma multidão estimada entre 150 mil e 200 mil pessoas, tendo uma duração de mais de quatro horas. Jango foi o último a falar e discursou de improviso com tom e emoção certos afirmando com convicção que a hora das reformas havia chegado.

Diante da repercussão sobre o comício e como forma de resposta, cinco dias depois, no dia 19 de março, uma multidão saiu da praça da República e marchou compacta até a praça da Sé, em São Paulo, carregando faixas, bandeiras e uma profusão de rosários para salvar o Brasil de Jango, de Brizola e do comunismo.

A Marcha da Família com Deus pela Liberdade foi preparada pelo Ipes através da União Cívica Feminina, um dos muitos grupos de mulheres organizados pelo instituto em todo o país para fazer pressão política. Reuniu em torno de 500 mil pessoas, e tinha dois propósitos: servir como resposta ao comício da Central do Brasil e lançar um eloquente apelo da sociedade à intervenção das Forças Armadas. (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 263).

Ainda segundo as autoras, o episódio sacudiu os quartéis, e os integrantes do Ipes - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais - admitiram a possibilidade de o golpe estar próximo. Citando inclusive a existência de uma base norte-americana que já aguardava autorização para adentrar o território

brasileiro. A base integrava uma força-tarefa da Operação Brother Sam, um plano de ação preparado em Washington com a cumplicidade de militares do Brasil para providências de apoio aos golpistas em prol de lutar contra o comunismo.

O estopim se deu, segundo Villa, na noite do dia 30 de março, quando Jango compareceu a uma cerimônia comemorativa do aniversário da Associação dos Sargentos no Automóvel Clube. O então presidente do Brasil já havia recebido notícias sobre boatos de movimentações militares em Minas Gerais, mas não deu importância. E mesmo sendo orientado a não ir para a cerimônia, devido ao fato de que poderia ser considerado mais uma provocação, Jango se fez presente no evento.

Ainda segundo Villa, Jango discursou e radicalizou durante a cerimônia, que foi transmitida por rádio e televisão. Inicialmente, Jango discursava com o auxílio de um papel e começou, porém chegou em certo ponto que começou a improvisar o discurso. O historiador relata que no momento em que Jango começa a discursar afirmando que “a disciplina não deve existir só de baixo para cima, mas também de cima para baixo, que os superiores têm de dar o exemplo” foi quando Jango “deixou de ser presidente”.

No dia 31 de março de 1964, como relatado por Villa, já não se travavam mais de boatos, e sim fatos. Tropas vindas de Minas Gerais, lideradas pelo general Olympio Mourão Filho, estavam chegando ao Rio de Janeiro. Já no Rio, em 1 de abril de 1964, outro grupo de militares, independente da tropa vinda Minas, se juntou e tomou a frente do movimento, sendo liderados por Arthur da Costa e Silva.

Para Jango, que não tinha nenhum apoio militar naquele momento, restou arrumar as malas e ir para Brasília, onde ficou por pouco tempo, e seguiu para Porto Alegre, chegando lá no dia 2 de abril, já não mais como presidente. O presidente do Congresso, senador Auro de Moura Andrade, por meio da realização de sessão conturbada, declarou vaga a presidência e o golpe foi consolidado.

### 3. O GOLPE CHEGA EM TERRAS GOIANAS

#### 3.1. A convocação e a indicação

Em Goiás, no mesmo dia 2 de abril de 1964, o então governador do Estado, Mauro Borges, recebeu notícias de que militares, saindo de Mato Grosso, com destino a Brasília, passariam pelo Sudoeste de Goiás e por Goiânia. O governador estava na cidade de Jataí quando recebeu telegrama do Coronel Carlos Meira Matos solicitando informações da situação da capital goiana. Segundo relato pessoal do governador Mauro Borges (1965), está ali relatado, mantida a grafia original:

encontro-me com a vanguarda da coluna 9.<sup>a</sup> RM/11 Ex em Jataí, em condições de prestar-lhe apoio na defesa de nossos ideais comuns pt Resposta sôbre Gituação aí pt Perguntando terei segurança aproximar-me Goiânia para conferência pt (a) MEIRA MATOS - CEL." — Imediatamente, procurando tranqüilizar o revolucionário Meira Matos, respondi nestes têrmos: "Situação aqui controlada, 10.o BC indeciso, pode aproximar-se para conferência que lhe será dada plena segurança (BORGES, 1965, p.108)

Em seguida à chegada da tropa de Meira Matos em terras goianas, Mauro Borges é convocado para participar de uma reunião entre governadores a se realizar no Rio de Janeiro, no Palácio da Guanabara e que tinha como objetivo decidir, de forma indireta, quem seria o presidente do país. Entre os governadores presentes na reunião estavam Magalhães Pinto, de Minas Gerais, Carlos Lacerda, do então Estado da Guanabara, Mauro Borges, de Goiás, Ademar de Barros, de São Paulo, e Nei Braga, do Paraná. Na reunião, foi discutido qual o nome ideal para ser indicado ao cargo de Presidente da República, de modo a não prolongar o governo provisório de Ranieri Mazzilli, que assumiu novamente a presidência com a retirada de João Goulart do poder.

Entre os nomes abordados, Mauro Borges acreditava que o ideal seria o do governador Magalhães Pinto. Já Carlos Lacerda, que segundo Mauro Borges, era frequentemente chamado durante a reunião para falar com o embaixador dos Estados Unidos, afirmava que o nome que melhor compunha as condições para assumir o país era Humberto de Alencar Castelo Branco.

Mauro Borges relata que a recepção para o nome de Castelo foi relativamente boa. Ele e Nei Braga, também militares, confirmaram o caráter e o profissionalismo do general. Apenas o governador Ademar de Barros hesitou diante do nome apresentado. No entanto, tendo tido a maioria a seu favor, ficou sacramentada a escolha de Castelo Branco para o cargo de presidente. Borges afirma ainda que Lacerda imediatamente sugeriu que os governadores fossem ao encontro com o influente general Muniz de Aragão, que por nem tão estranha coincidência, estava justamente chegando ao Palácio Guanabara.

Borges afirma que no mesmo dia foi marcada uma outra reunião com os governadores, dessa vez com a presença de Fernando Correia da Costa, de Mato Grosso, e Ildo Meneghetti, do Rio Grande do Sul. Junto deles, os deputados Juarez Távora e Costa Cavalcanti. Para completar, o general Sizeno Sarmiento e o ministro de Guerra, general Costa e Silva, no gabinete de quem iniciou-se o encontro, por volta das 22 horas.

De acordo com o relato de Borges, o clima da segunda reunião já começou com os ânimos exaltados por parte dos participantes. Lacerda logo tomou a iniciativa de dar início à discussão sobre o futuro presidente, porém, foi interrompido pelo general Costa e Silva, que não permitiu que o governador carioca concluísse a fala, constatando que Lacerda não era o ministro de Guerra.

Diferente do que havia sido decidido na primeira reunião, de eleger um militar como presidente antes do término do prazo constitucional de 30 dias, Costa e Silva prezava pelo cumprimento do prazo e temia a candidatura de um militar ainda em serviço ativo, de modo que, como transcrito por Borges:

uma candidatura militar poderia desunir o Exército, tal como já havia ocorrido no Império em relação ao Duque de Caxias e o General Osório, e no começo da República, quando das disputas entre Deodoro e Benjamin Constant. (BORGES, 1965, p.113)

A reunião chegou ao fim, depois de tratamentos ásperos e indelicados, por parte do general Costa e Silva, socos na mesa dados pelo marechal Juarez Távora, mais o passar das horas e sem nenhuma decisão. Posteriormente, Borges afirma que os governadores se encontraram novamente. Desta vez Costa e Silva estava mais calmo, porém, mantinha seu posicionamento referente ao prazo e a um presidente militar.

Apesar de os governadores não terem mencionado qual militar queriam indicar, Borges relata que Costa e Silva comentou que não poderiam ter escolhido nome melhor que o do general Humberto de Alencar Castelo Branco, e o mandou chamar para que ele recebesse os governadores, mas foi decidido pelo próprio Castelo que o encontro com os líderes estaduais seria em sua casa, na Lagoa Rodrigo de Freitas. No decorrer deste encontro, ao ser questionado sobre se candidatar à presidência, Castelo respondeu prontamente que aceitaria.

Assim é relatado que, depois de esclarecimentos entre os governadores e o general, ficou decidido que Mauro Borges, Fernando Correia da Costa e o deputado José Maria Alkimin comunicassem as direções dos partidos e o presidente Ranieri Mazzilli, sobre a decisão de lançar Castelo Branco como candidato à presidência da República.

O governador de Goiás então, após efetuar a tarefa que lhe foi concedida, entrou em contato com Castelo Branco, que o agradeceu e prometeu não esquecer-lo pelos serviços que havia prestado em favor da candidatura do general. Após isso, retornou para Goiás, onde foi recebido calorosamente.

### 3.2 – A queda se inicia por um rancor antigo

Mauro Borges relata que, mesmo sendo um dos responsáveis pelo processo de candidatura, logo após a posse do presidente Castelo Branco, passou a sofrer ofensas coordenadas pela ala totalitária das Forças Armadas e por adversários políticos da UDN e do Partido Social Progressista (PSP), em razão de atos realizados em agosto de 1961.

O motivo da condenação se refere ao momento, relatado por Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, quando, segundo elas, Mauro Borges

decidiu acompanhar Brizola na resistência. Declarou a capital rebelada, mandou a Polícia Militar ocupar os pontos estratégicos da cidade, instituiu o “Exército da Legalidade”, formado por voluntários, e avisou: caso Goulart desejasse desembarcar no estado, teria toda a segurança para transitar de Goiânia a Brasília (SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 257).

Borges afirma que recebeu um telefonema do general Luiz Carneiro de Castro e Silva, tratando dessa posição política-militar do ano de 1961, que

segundo ele, nunca foi compreendida com isenção pelo então comandante da guarnição de Brasília, Ernesto Geisel.

Incompreensão esta que perseguiu o governador de Goiás mesmo com o passar dos anos. Borges cita em seu livro que, influenciado por líderes da oposição a seu governo, o general Castro e Silva voltou a entrar contato com ele novamente por telefone.

Desta vez, Mauro Borges recebeu a informação de que a estrutura de governo do Estado de Goiás deveria ser modificada, sendo oferecidas ao governador três alternativas:

Primeira - Renúncia ao cargo de governador. Essa não parecia muito simpática, porquanto eu era um político ainda jovem e a renúncia marcava o homem, de forma desfavorável, muitas vezes inabilitando-o para a vida pública.

Segunda - Conciliação e Revolução: minha colaboração seria a demissão de todo o Secretariado, presidências de autarquias e sociedades de economia mista. Mas o governador não poderia substituí-los por outros da mesma linha ou padrão. Teria que convocar as "fôrças vivas" do Estado para cooperar com o governo. Explicou-me, depois, que "fôrças vivas" significavam as classes conservadoras e todos os partidos políticos.

Terceira - A aplicação do Ato Institucional, cassando os meus direitos políticos. Essa alternativa seria desagradável certamente, criaria desgastes para a Revolução. (BORGES, 1965, p.121)

Mauro Borges, em seu relato, afirma que respondeu ao coronel Castro e Silva que não compactuaria com nenhuma das três alternativas apresentadas. Dando como justificativa que a primeira era inviável, pois "não era homem de renúncias desse tipo". Em relação à segunda, apesar de considerá-la como a mais sensata, afirmou que não a aceitaria pelo fato de que, para ele, a atitude era injusta com colaboradores de seu governo e que a aceitação da alternativa o tornaria um "delegado do governo federal". Quanto à terceira, a julgava como antidemocrática e injusta, porém, se fosse posta em prática, ele não teria como recusá-la.

O general Castro e Silva, após ouvir a resposta de Mauro Borges sobre o assunto, ainda lhe concedeu a opção de poder renovar o seu secretariado. Mesmo com a opção e insistência de Castro e Silva, Borges manteve a decisão de recusar as alternativas propostas.

Para Borges, as exigências a que foi submetido eram absurdas, e por isso resolveu encaminhar uma carta ao presidente Castelo Branco, abordando sobre todo o ocorrido. A carta, reproduzida integralmente a partir da página 123

do livro 'O Golpe em Goiás', comunica o recebimento do ofício do Secretário Geral do Conselho de Segurança Nacional, que era então Ernesto Geisel, bem como confirma a recepção ao General Castro e Silva. Alertou sobre “aspectos extremamente graves das intenções de elementos e grupos participantes da Revolução, que poderão levar o país a dias funestos” (1965, p. 123).

Na carta, havia ainda afirmações feitas por Mauro Borges em que evidenciavam a posição política contrária ao governo de João Goulart, como também o relato da posse de documentações que comprovavam tal fato e que indicariam Goiás como o estado de maior resistência a corrupções, tentativas de quebra de autoridade e desvirtuamento das instituições democráticas. Bem como lembrou ao presidente que ele foi peça essencial nas articulações que elegeram o general como presidente.

No encerramento da carta, Mauro Borges questiona ao presidente se Castro e Silva de fato teria posse de delegações para a apresentação das sugestões, que em nome da democracia, ele não iria aceitá-las. De modo que finalizou a carta afirmando que

o momento histórico era decisivo para o povo brasileiro e cada um tem que desempenhar com autenticidade e clareza o seu papel. O povo brasileiro recebeu com esperanças e fé o Governo de Vossa Excelência, cujo passado de grande patriota e cidadão honrado seria a garantia do seu bom êxito. Espero que o seu destemor, energia e espírito de sacrifício, voltados para a grandeza da Pátria, sejam exercícios com dureza e justiça, recalçando os ambiciosos, os vingativos e os radicais antidemocratas, pois estes, sob o pretexto de defesa da democracia, estão na prática destruindo-a completamente. (BORGES, 1965, p.125)

O caminho para chegar às mãos do presidente Castelo Branco, no entanto, não foi tão curto. Inicialmente a carta foi entregue ao chefe do Gabinete Militar de Goiás, coronel Clementino Gomes; em seguida para o chefe da Casa Civil, Luiz Viana; para aí sim, finalmente, chegar até o presidente.

Tendo conhecimento da carta e do assunto que travava, Castelo convoca Mauro Borges para poder ouvi-lo em Brasília, no dia seguinte, às nove horas da manhã. Borges afirma que a noite anterior à conversa com o presidente foi dramática.

A sede do governo de Goiás, o Palácio das Esmeraldas, ficou, segundo ele, com todas as dependências ocupadas com a presença de amigos correligionários. Não obstante, o governador de Goiás recebeu telefonemas de

diversos políticos, como o senador José Feliciano, senador Auro de Moura Andrade e o embaixador Amaral Peixoto, solicitando que o governador fosse o máximo prudente na conversa com o presidente, e aconselhando que atendesse as exigências impostas pelo general Castro e Silva.

### 3.3 A conversa com o Presidente

Ao se encontrar com Castelo, Borges surpreendeu-se com o pedido do presidente para que relatasse algo além do que estava considerado na carta. Assim, outros temas vieram à baila, tratando desde as alternativas apresentadas pelo General Castro e Silva, mas acrescentando a situação em Goiás e a posição política dos secretários de seu governo.

Castelo fez observações em relação à proximidade de Goiás com Brasília. Borges afirma que o presidente disse que tal proximidade tornou o Estado um “alvo de intensa atração” para opositores da revolução de 31 de março, como comunistas, que promoviam invasões de terras. Não obstante, Castelo teria dito que o governador de Goiás não teria percebido o perigo de tal fato, chegando até dizer que Mauro Borges compactuava com a ação, de modo que a omitiu completamente, ou mesmo que teria incentivado as invasões.

Diante da acusação, Mauro Borges afirmou que as palavras dirigidas pelo presidente a ele eram absurdamente equivocadas. Para Borges, o presidente estava totalmente mal-informado, o que considerava um fato preocupante. Classificando seu governo como absolutamente presente, dinâmico e previdente, o governador goiano disse que todas as invasões de propriedades foram desfeitas por ações mediadoras ou pela ação da própria Polícia Militar de Goiás. Para comprovar sua posição diante do assunto e invalidar o argumento dado pelo presidente, Mauro Borges inclusive lembrou um discurso realizado em agosto de 1962, na cidade de Formosa, no qual disse que

não admitiria a prática de invasões de terras no Estado de Goiás. Já bastava o desamparo em que viviam os fazendeiros, por parte dos poderes públicos e que, se o governo federal tomasse providências para coibir desmandos de seus agentes da SUPRA, eu o faria com a maior energia (BORGES, 1965, p.127)

Segundo ele, o presidente também abordou sobre as acusações feitas contra o governo de Goiás. As acusações sobre Mauro Borges eram de que havia a presença de muitos auxiliares associados ao comunismo. O governador negou as afirmações e ponderou que somente um, entre seus secretários era simpático, filosoficamente, com o marxismo dialético, porém não era ativista nem muito menos filiado ao Partido Comunista Brasileiro (PCB). Alegou também, que o mesmo, apesar de digno secretário, já havia sido exonerado por ter se afastado do cargo em decorrência de estar sendo procurado pelo Tenente Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Mello, comandante do 10º BC.

Em um rico relato, Mauro Borges transcreve o que disse ao presidente Castelo Branco, indagando:

Não havia comunistas na chefia de órgãos públicos. Seria absurdo considerar comunistas homens progressistas, reformistas, nacionalistas, enfim, homens da esquerda democrática. Seriam, por acaso, comunistas, os trabalhistas da Inglaterra? Nesse caso, eu também deveria ser afastado, pois nunca fui conservador. (BORGES, 1965, p. 128)

Ao que o presidente surpreendeu o governador de Goiás, dizendo que ele também não se considerava conservador.

Por fim, Mauro Borges finaliza o encontro reafirmando ser ele o responsável pela linha de governo de Goiás, e que seus secretários eram apenas seus “seguidores, conscientes e entusiásticos”. Castelo então despediu-se afirmando que caso necessário tornaria a chamar o governador.

### 3.4 Início da fase do terror

Depois deste encontro com Castelo Branco, Mauro Borges retornou a Goiânia. Mal havia chegado, era procurado pelo general Castro e Silva, que cobrava novamente uma resposta sobre as imposições. E como a posição do governador era a mesma de antes, a consequência foi a cassação dos direitos políticos de dois secretários de Mauro Borges, o da Educação e Cultura, padre Ruy Rodrigues da Silva, e do Interior e Justiça, Wilson da Paixão, como também o mandato do deputado Walteno Cunha Barbosa, que ocupava há pouco tempo antes o cargo de secretário da Administração.

Castro e Silva ainda solicitou ao governador um depoimento em que foram tratados assuntos relacionados aos seus posicionamentos políticos em relação a opositores da revolução de 31 de março, bem como também aqueles que eram considerados compactuantes com o comunismo, investigações da Subcomissão de Geral de Investigações, bem como outros assuntos que criavam rupturas na relação do governador com o governo federal.

Não bastando somente os atritos com o governo federal, Borges relata que a oposição goiana referente ao governo estadual se aliou com elementos do plano nacional e personalidades como o tenente-coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo, para compor estratégias contra ele. De modo que

Os líderes da oposição goiana, notadamente os deputados Alfredo Nasser e Emival Caiado, passaram a articular com o tenente-coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo e com elementos do plano nacional, a nova trama. Aconselharam ao deputado Alfredo Nasser, e mais fortemente ao deputado Emival Caiado a que se retraissem para a penumbra. Agissem e apoiassem a ação militar sem aparecer, evitando assim, qualquer aparência de luta político-partidária, ou continuação de velhas disputas políticas. A investida, agora, seria conduzida por outros moldes, com segurança, organização e método. Traçaram sinistro e maquiavélico plano para minha destruição. (BORGES, 1965, p.136)

O “maquiavélico plano” descrito por Borges passou a se tornar evidente quando o tenente-coronel Danilo Cunha Melo repentinamente o procurou para discutir sobre um caso de tentativa de assalto na casa de um dos principais nomes do Exército na execução dos Inquéritos Policiais Militares (IPMs) em Goiás, o coronel Aníbal Coutinho. Durante a conversa, o tenente-coronel afirmou que tal ocasião poderia ter sido uma tentativa de atentado contra a vida do coronel Coutinho, e, conforme relatado por Borges, estranhamente perguntou ao governador se tal acontecimento era de interesse para ele e se podia apurar a ocorrência. Mauro Borges afirmou que tomaria providências, contudo, Cunha Melo teria insinuado que tal evento poderia ter o envolvimento do governador, que o respondeu com “palavras duras”. O impasse foi encerrado por parte do coronel Avany Arrouxelas que advertiu o comentário do tenente-coronel, que se desculpou com Mauro Borges. Entretanto, com o inquérito que foi aberto sobre a ocorrência, não foi concluído se o assalto aconteceu de fato. Para Borges, o caso foi farsa, uma estratégia da oposição para de alguma forma afetá-lo.

Borges destaca outro ponto da trama contra seu governo ao relatar que, por não portar atitudes que não compactuavam com a prática de violências, nem ser “apaixonado político”, o coronel Avany Arrouxeles foi transferido do seu cargo de diretor do IPM em Goiânia. Para Borges, a atitude foi articulada por seus adversários políticos e pelo coronel Danilo, que foi quem ficou com o cargo, e com isso, “foi iniciada a fase do terror”. Ao mesmo tempo da mudança da direção do IPM, Mauro Borges participou de um programa de TV em Brasília, no qual condenou as cassações, que, segundo ele, eram realizadas sem explicações e justificativas.

Tais fatos culminaram, como relatado por Borges, na determinação do ministro da Guerra, o general Artur Costa e Silva, da retirada de todos os oficiais do Exército que estavam à disposição em Goiás.

Para Elio Gaspari (2002), o tenente-coronel Danilo foi um “grande fabricante” da crise vivida pelo governador goiano. O autor também indica que o tenente-coronel foi o primeiro oficial utilizar da tortura como resposta à indisciplina. Segundo Gaspari, presos decorrentes de operações da IPM que passavam pelo coronel Danilo eram torturados até que assinassem confissões. O desejo do coronel Danilo, segundo o mesmo autor, era chegar à sede do governo goiano, o Palácio das Esmeraldas, e retirar Mauro Borges do cargo de governador.

Velho conhecido no meio da oficialidade radical, o coronel Danilo deixara o gabinete do ministro Costa e Silva para assumir o comando de Goiânia. Em julho começou a montar a rede do IPM no qual pretendia pescar Mauro Borges e prendeu o subchefe de seu Gabinete Civil, o advogado João Batista Zacariotti. A partir dessa prisão, Cunha e Mello exibiu um misterioso e complexo plano de subversão montado em Goiás. Ele dispunha de fartas provas da articulação de núcleos guerrilheiros subvencionados pelos cubanos. (GASPARI, 2002, p.193)

Diante do conhecimento das torturas que estavam ocorrendo e das movimentações contra sua pessoa, Mauro Borges, conforme relato, resolveu procurar novamente o presidente Castelo Branco para tratar dos acontecimentos. Pessoalmente, Borges entregou um ofício em forma de carta para Castelo.

Nesta segunda carta, Mauro Borges deu continuidade na descrição de ações, que segundo ele, foram colocadas em prática para retirá-lo do cargo que ocupava. Alegando que mesmo com o fato de Castro e Silva ter tido proximidade com opositores ao governo goiano no decorrer da missão de

apurar as denúncias sobre a administração Goiás, foi determinado pelo Conselho de Segurança Nacional que todas as acusações de subversão fossem absolvidas. Borges ainda evidenciou ao presidente o fato de que, mesmo com uma isenção questionável por parte do general Castro e Silva a frente da Subcomissão de Investigações, o governo de Goiás jamais foi considerado como corrupto em sua gestão.

Mauro Borges relata ao presidente Castelo Branco que quando o IPM foi encarregado ao Tenente Coronel Danilo Darcy de Sá da Cunha e Melo, as relações funcionais entre o governo do Estado e o IPM se romperam. Segundo ele, Tenente Coronel Danilo e seus auxiliares do IPM passaram a agir de forma a não mais se preocuparem com disfarçar o interesse de caracterizá-lo como inimigo da Revolução de março, elemento subversivo e agente do comunismo internacional.

A descrição de Borges na carta sobre o período que procedeu a situação das investigações sob a responsabilidade do Tenente Coronel Danilo evidencia ao presidente os casos de tortura que passam a ocorrer em Goiás. Descrevendo então, que

técnicas de terror, insultos, palavrões, coação mental, isolamento em cubículos infectos, ameaça de envio a Fernando Noronha e a penitenciárias fora do Estado, incomunicabilidade total tornaram-se a regra: foram proibidas leituras e mesmo trabalhos manuais aos detidos; invadiram-se domicílios, alta madrugada, com grande aparato bélico e encenação, sem mandado judicial de busca e apreensão, com desrespeito a propriedade particular (abertura de buracos em que tais), em busca de armas e munições. Inúmeras outras técnicas totalitárias de intimidação e terrorismo passaram a ser normas comuns dos inquiridores do IPM. (BORGES, 1965, p.147)

Na conclusão da carta, Borges define tais ações citadas como métodos antidemocráticos e anticristãos e solicita ao presidente a abertura de um inquérito sobre o IPM, para fossem apurados os acontecimentos descritos.

Ao tomar conhecimentos de tudo foi relatado na carta, Mauro Borges afirma que o presidente Castelo Branco se mostrou surpreendido e desacreditado das denúncias realizadas na carta, e disse que tomaria providências o quanto antes. Porém, segundo Borges, o presidente não cumpriu a declaração. “Até hoje nem eu, nem os supliciados, nem o povo goiano e nem a Nação brasileira tiveram conhecimento de providências tomadas”, declara.

Borges relata que com a transferência do IPM para o general Riograndino Kruel, tanto a relação entre ele e o governo federal, bem como dos prisioneiros torturados em Goiânia. Prova disso foi a transferência de forma ilegal, ordenada por Kruel, dos presos torturados de Goiânia para Brasília.

Partindo da constante indignação referente à prática de tortura, Mauro Borges resolve ao encontro do então ministro da Justiça, Milton Campos, que ao tomar conhecimento das queixas de Borges, fez a promessa de examinar os casos. Contudo, segundo Borges, nada fez. Não contente com a situação, Borges procurou o coronel Meira Matos, com o objetivo de solicitar audiência com o presidente da República Castelo Branco. Como resposta, Matos respondeu Mauro Borges afirmando que “O caso de Goiás está muito difícil, muito intoxicado. Se você não estiver disposto a fazer uma concessão, não adianta falar com o presidente. Se for compreensivo, posso negociar uma audiência”. Entretanto, tal audiência nunca aconteceu, e, segundo ele, jornais da época chegaram a noticiar que Castelo não queria que esse encontro acontecesse.

### 3.5 A intervenção

Era novembro de 1964, e a situação entre o governador de Goiás e o governo federal era cada vez mais intensa. No dia cinco, o general Riograndino Kruel telefonou para Mauro Borges, solicitando que o governador fosse para Brasília depor no IPM. Borges afirmou que não iria, contudo, estava disponível para prestar qualquer esclarecimento que fosse necessário no Palácio do Governo, em Goiânia. No dia seguinte, o general Kruel, acompanhado de outros militares, foram até a sede do Governo de Goiás, e lá, iniciaram um depoimento com Mauro Borges, que segundo ele, teve a duração de 26 horas consecutivas.

Na madrugada do dia 14 de novembro, como noticiado no dia seguinte no jornal Folha de Goyaz, o prédio da sede do Tiro de Guerra de Anápolis foi arrombado e de lá foram subtraídas várias armas e munições. Mauro Borges relata que o roubo causou preocupação e chegou até a ser atribuído pela DIP ao governador.

Em seu relato, Borges relata que, no dia 16 de novembro, recebeu do seu chefe do gabinete militar um informe o qual descrevia uma forte presença de forças militares do governo federal em solos goianos. Conforme o documento apresentado ao governador, existiam tropas armadas na ponte da Avenida Araguaia, a qual faz ligação entre o centro de Goiânia ao aeroporto da cidade. No aeroporto, no campo de pouso, era estabelecido um sistema de comunicação e realizavam vigilância sobre a movimentação e tráfego de aviões estaduais.

Em Morrinhos, aviões da Força Aérea Brasileira sobrevoavam o campo de pouso da cidade de modo a causar um amedrontamento na população. Um dos aviões chegou a pousar e realizar uma inspeção em um avião do Estado que se encontrava no local.

Oficiais do Exército estavam presentes às margens da BR-014, cerca de 100 metros à frente do Sanatório JK, do lado esquerdo, onde se mantiveram de forma ostensiva com uma barraca montada e soldados portando fuzis e metralhadoras.

No informe, foi descrito que oficiais do Exército realizaram um levantamento em empresas de ônibus da Capital, alertando aos empresários sobre um chamado telefônico, que quando ocorrido, teriam o prazo de trinta minutos para o envio de ônibus ao 10º B.C. Bem como foi solicitado o prédio da Escola Técnica de Goiânia, localizado próximo ao Quartel do Comando Geral da Polícia Militar, para aquartelamento de tropas do Exército. Também foi visitado e inspecionado o Estádio Esportivo Pedro Ludovico, e questionado aos funcionários sobre as condições elétricas, telefônicas, água e sanitários, com o objetivo de acomodação de tropas no local.

Na cidade de Anápolis, havia uma intensa ocupação por parte de tropas tanto do Exército como da Aeronáutica. Em Goiânia foi relatado ao governador que militares à paisana estavam perguntando a populares sobre a existência de hotéis nas proximidades do Palácio. Outro acontecimento que foi relatado a Mauro Borges foi o fato de que um avião da FAB sobrevoou o Palácio com pouca altura e realizando manobra em sentido circular, que, de acordo com o informe, dava a impressão de que o avião estava em missão de reconhecimento, ou como forma de ameaça.

Borges relata que a notícia da movimentação das tropas somada ao roubo das armas na sede do Tiro de Guerra de Anápolis deixou a situação entre o governo estadual e federal ainda mais tensa. Portanto, resolveu então

formar um dispositivo defensivo em torno do Palácio do Governo, para prevenir-me contra um golpe de surpresa, pois não tinha mais a mínima segurança nem esperanças de que prevalecessem as normas democráticas pelo evidente comprometimento das mais altas autoridades do país. Preparei-me, com os minguados recursos de que dispunha, para reagir à agressão e não me submeter a qualquer ação fora da lei. Estava disposto a lutar, até às últimas consequências, no Palácio do Governo. Sabia que isso representaria, à medida que o tempo passasse e as tropas federais se concentrassem em Goiânia e seus arredores, quase um suicídio. (BORGES, 1965, p. 163)

Ao que as pressões e provocações prosseguiram, foi relatado a existência de aviões e vagões voadores transportando paraquedistas que sobrevoavam o Palácio das Esmeraldas. Além das aeronaves que realizavam voos rasantes, também transitavam pelas ruas de Goiânia tanques de guerra do modelo Sherman.

Mauro Borges afirma que, apesar da resistência contra os ataques, e de terem sido organizados pontos para contra-ataque, localizados no Palácio do Governo, no quartel do Batalhão Araguaia, no Departamento de Instrução da Polícia Militar e no Comando da PM, contavam com poucas munições, que segundo ele se tratava de apenas quinze munições por soldado. O motivo da escassez se deu pelo fato de que os pedidos de autorização de compra passaram a serem negadas pelo Exército desde a posição do governador em relação a luta pela legalidade e posse de João Goulart, após a renúncia de Jânio Quadros.

No Palácio das Esmeraldas, mais especificamente nos pátios internos, foi realizada uma grande manifestação de solidariedade ao governador Mauro Borges, que proferiu um breve discurso para os que estavam presentes. Entretanto, como relatado por ele, tal acontecimento resultou na ameaça de prisão realizada pelo coronel Danilo, o qual já havia tido inúmeras indiferenças.

Diante disso, Mauro Borges solicitou uma medida preventiva de segurança para evitar qualquer ação que fosse iniciada contra ele pela Auditoria ou Superior Tribunal Federal, que foi deferida pelo ministro Gonçalves de Oliveira. Borges chegou a ter seu habeas-corpus julgado, e obteve aprovação unânime da Suprema Corte.

Apesar da decisão do Supremo, a presidência da República fez a divulgação de uma nota referindo-se ao governador de Goiás e sua gestão, de modo que um trecho é reproduzido por Borges em seu relato afirmando que a nota presidencial em questão tinha

acusações primárias e insinuações torpes contra o governador de Goiás. Para fixarmos alguns comentários, citemos êstes trechos: "... uma curiosa, organizada e de algum modo inexplicável campanha de publicidade tem buscado confundir a opinião pública nacional em relação à verdadeira situação em Goiás. Nesse sentido, tudo leva a crer que vultosas quantias de origem desconhecida estão sendo metódicamente dispendidas." (BORGES, 1965, p.198)

Borges relata que na nota era afirmado que o governo de Goiás recebia auxílio de origens desconhecidas para cobrir gastos com publicidade em todos os jornais brasileiros de modo a enganar a população brasileira. Citava também que "foram muitos os colaboradores do governador que foram atingidos pelo Ato Institucional", retratando Mauro Borges como subversivo e envolvido com elementos condenados pela revolução. Totalmente contrário ao que foi relatado na nota, Borges afirma que Goiás era um Estado pobre e que não pagou por nenhuma opinião da imprensa. Referente aos colaboradores que foram atingidos pelo Ato Institucional, ele afirma que nenhum elemento alcançado tinha proximidade com sua gestão, exceto dois de seus secretários que, segundo ele, foram acusados injustamente. Mesmo apontando como inverdades as várias acusações da nota, inclusive de "adesão calculada à revolução", o destino do governador já estava nas mãos do presidente da República.

Na manhã do dia 26 de novembro de 1964, Borges relata que tomou o conhecimento de que o presidente Castelo Branco havia assinado o decreto de intervenção federal em Goiás. No seu lugar assumiria o general Meira Matos. Para Elio Gaspari, Mauro Borges foi deposto, mas a derrota foi do marechal Castelo Branco, uma vez que "a linha dura prevaleceu".

A intervenção, o desdobramento político em Goiás e os relatos de tortura denunciados por Borges e ignorados pelo presidente da República foram presságio de tudo o que ainda estava por ocorrer por conta da Ditadura Militar em Goiás e no país inteiro.

"Em nenhum outro lugar do Brasil, como em Goiânia, cometeu-se tanta violência, miséria e indignidade à pessoa humana." Mauro Borges, 1965.

#### 4. A IMPRENSA E O GOLPE

Desde a renúncia de Jânio, somado ao forte movimento anticomunista provindo da UDN e dos Estados Unidos que acusavam João Goulart como uma ameaça para o país, o que se verificava nos jornais, em nível nacional, era uma abordagem nesse mesmo sentido, de modo a contribuir com a ideia de que João Goulart era sinônimo do comunismo, sendo apontado como potencial agressor à ordem pública. A forma pela qual Jango governava o país divergia dos interesses de grandes jornais do eixo Rio-São Paulo.

Juremir Machado da Silva, escritor, jornalista e professor universitário brasileiro, denomina em seu livro *1964, Golpe Midiático-Civil-Militar* o movimento que veio a resultar na intervenção militar e, posteriormente, se tornar uma ditadura, como um golpe “midiático-civil-militar”. Onde afirma que os jornais “Correio da Manhã”, “Folha de S. Paulo”, “Jornal do Brasil”, “O Estado de S. Paulo”, “O Globo”, “Tribuna da Imprensa”, e dos Diários Associados, de Assis Chateaubriand, tiveram participação significativa na trajetória que se deu até o dia 31 de março de 1964.

Com golpe instaurado, nos dias seguintes o que foram estampados nas capas dos jornais foram palavras como “basta” e “fora”. Exemplos mais escancarados podem ser citados como uma das manchetes do Correio da Manhã, no dia 01 de abril de 1964, onde era estampado a frase: “A Nação não mais suporta a permanência do Sr. João Goulart à frente do governo. Chegou ao limite final a capacidade de tolerá-lo por mais tempo”.

O jornal O Globo, com o título “Ressurge a Democracia”, glorificou às forças armadas pela intervenção sob o governo de Jango em sua edição do primeiro dia do que se tonaria os anos de censura. O que se destaca nesse editorial é a afirmação na resolução instantânea dos problemas do país, onde cita “poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções, pois os negócios públicos não serão mais geridos com má fé, demagogia e insensatez”.

Silva afirma que, entres os jornais do eixo Rio-São Pulo, só um veículo de comunicação resistiu de fato ao golpe não o apoiando, sendo o jornal denominado a Última Hora, de Samuel Wainer.

Em Goiás, os jornais da época que se destacavam sendo os maiores eram o O Popular, de propriedade de Jaime Câmara, e o Folha de Goyaz, dos Diários Associados, ambos relacionados com as classes que apoiavam a intervenção militar.

E nesse sentido, a frente de interesses privados e políticos, os periódicos goianos seguiram a mesma tendência do que ocorreu nacionalmente, a abordagem de um líder do país que queria trazer não só o comunismo, mas também a desmoralização de valores e um rombo na economia do país. O único periódico em solo goiano que resistiu e foi contra desde o início das ações que levariam ao golpe foi o jornal Cinco de Março, fundado por Batista Custódio.

Nas edições do Folha de Goyaz, se estampou em sua manchete principal, a saída de João Goulart do comando do governo federal como uma fuga, ao anunciar Ranieri Mazzili como novo presidente. No aniversário de 1 ano do golpe, o periódico tinha como manchete principal a afirmativa que “a revolução salvou o país, tranquilizou toda a América e arrefeceu o comunismo”.

Assim como no eixo Rio-São Paulo, o que se acreditava era na intervenção militar por apenas um período até uma nova eleição em trinta dias, mas como registrado na história, não foi o que aconteceu. Aqueles que apoiaram o golpe, passaram a ser os principais alvos das consequências do mesmo movimento que fortaleceram.

## **5. O CONCEITO DE DOCUMENTÁRIO**

Como forma de desenvolver um produto sobre a pesquisa bibliográfica e as entrevistas realizadas para este trabalho a linguagem escolhida foi a de um filme documentário.

O conceito de documentário pode ser definido, de acordo com o crítico de cinema, teórico americano e fundador do estudo contemporâneo do documentário, Bill Nichols, como um filme que busca abordar as representações do mundo em que vivemos de modo a discutir a realidade.

O famoso crítico americano em seu livro *Introdução ao documentário* (2010), afirma existem dois tipos de filmes e que, apesar de ambos poderem

ser caracterizados como documentários, são divididos entre as categorias de documentário de satisfação de desejos e o de representação social.

A diferença entre ambos os tipos se dá, segundo Nichols, pelo fato de que os documentários de satisfação de desejos expressam vontades, sonhos, pesadelos e terrores, de modo a tornar visíveis e audíveis os frutos da imaginação, sendo assim denominados de ficção. Já se tratando dos filmes de representação social, chamados de não ficção, expressa a compreensão sobre o que a realidade foi, é e o que poderá vir a ser, tornando visível e audível, de acordo com a seleção e a organização do cineasta, a matéria de que é feita a realidade social. Sendo assim, para o autor

a ficção talvez se contente em suspender a incredulidade (aceitar o mundo do filme como plausível), mas a não ficção com frequência quer instilar crença (aceitar o mundo do filme como real). É isso o que alinha o documentário com a tradição retórica, na qual a eloquência tem um propósito estético e social. Do documentário, não tiramos apenas prazer, mas uma direção também. (NICHOLS, 2010. p. 27)

Nichols afirma que o documentário “engaja engaja-se no mundo pela representação, fazendo isso de três maneiras”. De modo que, em primeiro lugar, é oferecido um retrato ou uma representação reconhecível do mundo; em segundo lugar, significam ou representam os interesses alheios; e em terceiro lugar, apresenta a defesa de determinado ponto de vista ou determinada interpretação das provas. Com isso, o autor afirma que

os documentários mostram aspectos ou representações auditivas e visuais de uma parte do mundo histórico. Eles significam ou representam os pontos de vista de indivíduos, grupos e instituições. Também fazem representações, elaboram argumentos ou formulam suas próprias estratégias persuasivas, visando convencer-nos a aceitar suas opiniões. (NICHOLS, 2010. p. 27)

## 5.1 Os modos de representação do documentário

Nichols afirma que o gênero documentário pode ser caracterizado em seis diferentes modos de representação que funcionam como subgêneros, sendo eles: poético, expositivo, participativo, observativo, reflexivo e performático.

Esses seis modos determinam uma estrutura de afiliação frouxa, na qual os indivíduos trabalham; estabelecem as convenções que um determinado filme pode adotar e propiciam expectativas específicas que os espectadores esperam ver satisfeitas. Cada modo compreende exemplos que podemos identificar como protótipos ou modelos: eles

parecem expressar de maneira exemplar as características mais peculiares de cada modo. (NICHOLS, 2010. p. 135)

O autor explica que, no **modo poético**, o documentário possibilita formas alternativas de conhecimento para transferir informações de forma direta, podendo dar prosseguimento a um argumento, ponto de vista específico ou até mesmo apresentar proposições sobre problemas que necessitam de solução. Nichols afirma que tal modo

começou alinhado com o modernismo, como uma forma de representar a realidade em uma série de fragmentos, impressões subjetivas, atos incoerentes e associações vagas. Essas características foram muitas vezes atribuídas às transformações da industrialização, em geral, e aos efeitos da Primeira Guerra Mundial, em particular. (NICHOLS, 2010. p. 135)

Sobre o **modo expositivo**, é relatado que esse subgênero depende muito de uma lógica informativa transmitida de forma verbalmente, sendo tratadas questões do mundo histórico com a utilização de legendas e vozes, de modo a história ou o fato. Estes documentários adotam o comentário com a “voz de Deus”, descrita pelo autor como “uma voz masculina, profissionalmente treinada, cheia e suave em tom e timbre, que mostrou ser a marca de autenticidade do modo expositivo”.

No **modo observativo**, o cineasta apenas observa o que se passa diante da câmera, sem realizar nenhuma intervenção, de modo a registrar de forma espontânea, os afazeres dos outros. Desse modo, o cineasta age como

se fosse simplesmente uma “mosquinha pousada na parede”, convida ao debate sobre quanto do que vemos seria igual se a câmera não estivesse lá, ou quanto seria diferente se a presença do cineasta fosse mais facilmente reconhecida. (NICHOLS, 2010. p. 153)

Referente ao **modo participativo**, Nichols afirma que este subgênero envolve a ética e a política do encontro entre o indivíduo que controla a câmera e a pessoa que se encontra a frente dela. De modo que “o mundo histórico provê o ponto de encontro para os processos de negociação entre cineasta e participante do filme”

Enfatizando assim, a perspectiva de um encontro real entre o cineasta e o tema que está sendo documentado, gerando um apelo da parte de quem assiste o filme.

Os cineastas que buscam representar seu próprio encontro direto com o mundo que os cerca e os cineastas que buscam representar questões sociais abrangentes e perspectivas históricas com entrevistas e imagens

de arquivo constituem dois componentes importantes do modo participativo. (NICHOLS, 2010. p. 153)

O **modo reflexivo** estabelece uma relação entre o cineasta e quem assiste o filme. De maneira que dentro desse relacionamento, não se é tratado apenas o mundo histórico, mas também problemas e questões de representação. Nichols afirma que “esses filmes tentam aumentar nossa consciência dos problemas da representação do outro, assim como tentam nos convencer da autenticidade ou da veracidade da própria representação”.

O sexto subgênero, o **modo performático**, é descrito pelo autor como o documentário que “sublinha a complexidade de nosso conhecimento do mundo ao enfatizar suas dimensões subjetivas e afetivas”, sendo carregado de sentimentos e afetos e causando em cada pessoa, significados diferentes.

## 5.2 O processo de construção de um documentário

Para o desenvolvimento de um filme documentário se faz necessário um processo de pré-produção, produção e pós-produção.

Segundo o Sérgio Puccini (2010), na pré-produção temos como um dos passos iniciais o roteiro, que é o que definirá previamente a organização das ideias sobre o que se tornará o filme. Ele afirma que é de extrema importância que a fundamentação da escrita do roteiro de um documentário seja feita mediante a um trabalho de pesquisa, de modo que os dados obtidos serão a base da formulação da proposta do documentário, descrevendo possíveis formas de tratar o assunto, locais de gravação, tipos de fontes e personagens, entre outros.

Trata-se de um mapeamento inicial importante para uma melhor concepção do filme antes do início das filmagens. A escrita de um argumento, por mais resumida que seja, exige de imediato alguns posicionamentos do documentarista diante do assunto: o que de fato interessa desse assunto e de maneira abordá-lo? No cerne dessas questões está a escolha dos personagens (PUCCINI, 2010, p. 44).

Em decorrência disto, o autor destaca a importância de um conhecimento abrangente sobre o tema a ser trabalhado no filme por parte de quem irá produzi-lo.

Na produção do filme documentário, Puccini afirma que a filmagem de entrevistas geralmente atrai grandes surpresas. O autor relata uma limitação das técnicas que funcionam aos planos médio, primeiro plano e o close. porém

de vez em quando um plano de corpo inteiro pode ser usado para acrescentar à dinâmica da cena, e alterar até mesmo as formas narrativas.

A variação de enquadramentos, entre plano médio, primeiro plano e close, é recurso recorrente em filmagens de entrevista. Normalmente a filmagem se inicia com um plano aberto: plano inteiro ou plano médio. Com o avançar da entrevista, principalmente em seus momentos mais delicados ou intimistas, é comum a adoção de planos mais próximos, fechando no rosto do entrevistado (PUCCINI, 2010, p. 137).

Sendo assim, as escolhas feitas pelo documentarista que definirão o estilo filme documentário dependem dos objetivos da produção da obra.

Por fim, após todo o trabalho realizado entre a pesquisa e filmagem, Puccini afirma que o momento da pós-produção é onde o documentarista irá fazer ou destruir o filme. Isso porque é a etapa em que o será realizada a eliminação de partes consideradas não essenciais, escolhendo entre todo o material produzido nas filmagens as partes que mais interessam e agregam ao assunto que é abordado pelo filme.

## **6. METODOLOGIA**

Para a realização deste trabalho de conclusão de curso e seu produto foram utilizados os métodos de pesquisa científica de pesquisa bibliográfica, entrevista e análise de conteúdo.

### **6.1 TCC 1**

Iniciado em fevereiro de 2022, a primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso partiu da escolha do tema durante as três primeiras orientações e depois foi iniciada a pesquisa bibliográfica sobre o tema. Para a pesquisa foi utilizado tanto bibliotecas físicas, como a do Campus V da PUC, bem como através da compra de livros em sebos e plataformas digitais. A elaboração do trabalho escrito foi dificultada pela pouca disponibilidade de materiais referentes a especificidade do tema.

As orientações do primeiro semestre ocorriam às terças-feiras, semanalmente, e com o auxílio do professor Serenini foi traçado a linha cronológica e os itens a serem abordados pelo trabalho.

A princípio, o intuito das pesquisas e trabalho era encontrar um personagem que fosse ou obtivesse algo inédito a ser documentado. Contudo, o caminho da pesquisa nos levou a análise dos comportamentos tanto do governo estadual quanto da imprensa goiana daqueles anos.

Partindo deste novo ponto de vista, foi iniciado o levantamento de possíveis nomes a serem entrevistados, com indicações dos professores Luiz Serenini e Rogério Borges, e de pessoas que foram aparecendo durante as pesquisas e produção do trabalho.

Foi realizada então uma visita ao Instituto de História e Geografia de Goiás (IHGG), para pesquisas em jornais daquela época, sendo analisados exemplares a partir de 1961.

Contudo, nesse primeiro semestre fatores pessoais influenciaram o tempo levado para a produção do trabalho escrito. Ainda que com quase tudo concluído, algumas das partes finais do trabalho escrito ficaram para serem concluídos no segundo semestre.

## 6.2 TCC 2

O segundo semestre e o produto do trabalho começaram trabalhando intensamente. De volta às orientações, e já com um maior andamento e o roteiro em mãos, foi realizado o cronograma de gravações com os nomes escolhidos para serem entrevistados.

Entre os convidados que aceitaram participar das entrevistas, estão Hélio Rocha, jornalista contemporâneo da ditadura militar; Luiz Carlos Bordoni, jornalista contemporâneo da ditadura militar; Lauronice Noleto, jornalista nos anos censura; Renato Dias, jornalista com livros premiados sobre a ditadura militar; Altair Tavares, jornalista; e David Maciel, Doutor em História e professor da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Todas as entrevistas foram realizadas nas casas dos entrevistados, exceto o entrevistado Luiz Carlos Bordoni que, por não residir na região metropolitana de Goiânia, realizou o envio de seu vídeo abordando sobre o tema.

As gravações com os entrevistados se estenderam entre 9 setembro e 01 novembro de 22. Depois de todas as entrevistas realizadas retornei ao IHGG novamente para registrar fotos dos jornais do período para serem

adicionados no documentário. Ao todo, foram captados mais de 4 horas de material resultado das entrevistas.

O processo de decupagem e edição foi iniciado no início de novembro realizado todo em casa de forma independente. Depois de editado, a primeira versão foi apresentada ao professor Serenini no dia 17 de novembro.

Depois das modificações solicitadas pelo orientador, a versão final do documentário ficou com 24 minutos e 10 segundos de duração, no formato 2560 x 1080 com qualidade Full HD, salvo no formato de MP4. Todo o filme foi feito com uma câmera Canon PowerShot SX60 HS, para a captação de imagens, e iPhone 7 Plus, para a captação de áudio e fotos utilizadas.

## **MEMORIAL**

A escolha do que seria o produto do meu trabalho de conclusão de curso partiu do sentimento de querer registrar coisas que eu acredito que merecem ser documentadas. Sempre fui fascinado por produções audiovisuais, e ainda mais por aquelas que têm como foco momentos históricos.

No início de 2022, apenas com a certeza de que o produto do meu trabalho seria um filme documentário e sem um tema definido do que seria pesquisado, convidei o professor Luiz Serenini para me orientar.

Nas primeiras orientações, Serenini me deixou refletir e pesquisar o que de fato me interessaria escolher para seguir realizando o trabalho por todo o ano. Entre essas primeiras semanas, após pensar e refletir sobre diversos temas, me reacendeu uma pergunta que eu, indagado pelas aulas de história, havia feito ainda quando criança para minha avó, Iracy Almeida, sobre como havia sido os anos da ditadura militar em Goiás. Por não me lembrar da resposta dela e notar que, apesar do tema ser bastante explorado nacionalmente, em Goiás a existência de materiais produzidos sobre este período é pequena em relação a sua devida importância, percebi que este era o tema que mais me tocava e que era o que queria desenvolver.

Com o tema geral definido, Serenini me ajudou a refinar a linha que eu iria seguir em minha pesquisa, que seria como a imprensa abordou os acontecimentos relacionados a ditadura militar em Goiás no ano de 1964 e os demais desdobramentos desse período.

Depois de tudo decidido, o tempo passou a ser meu principal inimigo. Foram dias corridos de uma rotina dividida entre estágio, serviço, aulas da faculdade e a missão de dar andamento nas pesquisas e produção do trabalho.

Os meses se passaram como segundos e quando percebi já se iniciava o segundo semestre de ano letivo. Em setembro, seguindo o cronograma criado anteriormente, consegui realizar todas as entrevistas com os personagens e o especialista que vieram a compor o documentário. Em seguida, de acordo com as orientações semanais realizei a edição do meu filme documentário.

Por fim, acredito que árduo processo vivido neste ano para a realização deste trabalho colocou em prova tudo aquilo que aprendi nas disciplinas da graduação, e este mergulho profundo no desejo de realizar todas as etapas do trabalho individualmente, da produção do roteiro à edição, me fez perceber que realmente esta é a graduação que sempre quis e que essa experiência foi essencial para minha formação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi visto no decorrer da execução do trabalho, é inevitável a reflexão de como o profissional da comunicação deve agir em momentos que coloquem em xeque a democracia. O papel do jornalismo, firmado na ética, moral e na busca pela verdade, é de extrema importância para a garantia da democracia. É necessário que todo profissional carregue consigo o peso da responsabilidade de dar voz ao que é noticiado.

A imprensa, vista como um todo, é um elo de uma engrenagem que, somada a outros fatores, compõe o funcionamento de um grande sistema. O filme mostra, portanto, os perigos que essa mesma imprensa pode provocar quando se mescla com interesses privados e políticos, colocando-se a favor de movimentos antidemocráticos e sofrendo as consequências posteriormente vindas dos mesmos movimentos que apoiou.

A realização deste trabalho, além de dar oportunidade de colocar em prática as disciplinas estudadas no decorrer da graduação, me atentou a imensa importância de resgates históricos, sobretudo, relacionados ao Estado onde nasci. Indicando assim, que para entender o contexto atual é necessário manter viva a memória do passado.

Sobre a produção do documentário, realizar sozinho todas as etapas, desde a pesquisa, roteiro, elaboração de perguntas, entrevista, gravação, mixagem de áudio, decupagem, fotografia até edição, foi um desafio que encarei com todas as minhas forças. Deste modo, a realização deste trabalho acrescentou imensuravelmente à minha formação como jornalista. Bem como me inspirou ainda mais a seguir a carreira acadêmica, buscando futuramente realizar pesquisas que conectem o jornalismo a momentos históricos importantes do Brasil e de Goiás.

Por fim, o filme documentário pode ser acessado através da plataforma do Youtube, por meio do link: [https://youtu.be/1Xy9e8n\\_WMU](https://youtu.be/1Xy9e8n_WMU) .

## REFERÊNCIAS

**BANDEIRA**, Moniz. O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

**BORGES**, Mauro. O golpe em Goiás-História de uma grande traição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

**BUENO**, Eduardo. Brasil: Uma História. Rio de Janeiro: Leya, 2012.

**FICO**, Carlos. O golpe de 1964: Momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

**NICHOLS**, Bill. Introdução ao documentário. 5. ed. Campinas, SP: Papirus, 2010.

**PUCCINI**, Sérgio. Roteiro de documentário: dá pré-produção à pós-produção. 2. ed. Campinas: Papirus, 2010.

**SCHWARCZ**, Lilia Moritz; **STARLING**, Heloisa Murgel. Brasil: Uma biografia. Rio de Janeiro. Companhia das Letras, 2015.

**SILVA**, Juremir Machado da. 1964, Golpe Midiático-Civil-Militar. Porto Alegre: Sulina, 8ª edição, 2017.

**VILLA**, Marco Antonio. Ditadura à brasileira 1964-1985: A democracia golpeada à esquerda e à direita. São Paulo: LeYa, 2014.

## APÊNDICE

### Apêndice 1 - Roteiro do documentário

<b>MINUTAGEM</b>	<b>VÍDEO</b>	<b>ÁUDIO</b>
<b>Cena 1</b> 00:00 – 00:11	Mixagem de imagens de capas de jornais	<b>BG:</b> ‘Opinião – Nara Leão
<b>Cena 2</b> 00:12 – 00:28	Bandeira do Brasil em preto e branco.	<b>BG:</b> ‘Opinião – Nara Leão
<b>Cena 3</b> 00:29 – 00:33	Título do documentário	<b>BG:</b> Ruído de rádio sintonizando
<b>Cena 3</b> 00:34 – 00:44	Frase inicial	<b>BG:</b> Ruído de rádio sintonizando
<b>Cena 4</b> 00:45 – 03:06	David Maciel	O Brasil no início dos anos 60... ..vários de seus apoiadores.
<b>Cena 5</b> 03:07 – 03:54	Hélio Rocha	Em 64... ..isso é verdade, infelizmente.
<b>Cena 6</b> 03:55 – 05:25	David Maciel	A imprensa brasileira... ..era político.
<b>Cena 7</b> 05:26 – 05:44	Luiz Carlos Bordoni	Olha eu trabalhei... .. mais amenas.
<b>Cena 8</b> 05:26 – 06:44	Hélio Rocha	Houve uma cobertura... ..frequentavam a redação, sabe?
<b>Cena 9</b> 06:45 – 08:06	Luiz Carlos Bordoni	E nessa... .. linha opinativa.
<b>Cena 10</b> 08:07 – 08:42	Hélio Rocha	A televisão... ..ditadura militar.
<b>Cena 11</b> 08:43 – 09:00	Luiz Carlos Bordoni	O telejornal... .. TV Anhanguera.
<b>Cena 12</b> 09:01 – 10:32	Laurenice Noletto	Eu fui trabalhar... ..Polícia Federal.
<b>Cena 13</b> 10:33 – 11:07	Altair Tavares	Do mesmo modo... ..também.
<b>Cena 14</b> 11:08 – 12:43	Hélio Rocha	A gente... .. nesse período da ditadura.
<b>Cena 15</b> 12:43 – 13:00	Luiz Carlos Bordoni	Nas redações... ..vários deles.
<b>Cena 16</b> 13:01 – 13:06	Hélio Rocha	A penitenciária... .. em Goiás
<b>Cena 17</b> 13:06 – 16:38	Laurenice Noletto	E a imprensa ... .. Ismael Silva de Jesus.
<b>Cena 18</b> 16:39 – 16:41	Foto Ismael Silva de Jesus	<b>BG:</b> Deus lhe pague – Instrumental OCTSP
<b>Cena 19</b> 16:42 – 19:33	Renato Dias	Ismael Silva de Jesus... ..submetido.
<b>Cena 20</b> 19:34 – 21:50	Altair Tavares	O jornalismo... ..sangue
<b>Cena 21</b> 21:51 – 23:00	Luiz Calos Bordoni	Esse silêncio... .. dias de hoje.
<b>Cena 22</b> 23:01 – 23:46	Hélio Rocha	A luta... ..não há.

<b>Cena 23</b> 23:46 – 23:52	Bandeira do Brasil	BG: Divino Maravilhoso – Gal Costa
<b>Cena 24</b> 23:53 – 23:57	Um filme de Almeida Mariano	BG: Divino Maravilhoso – Gal Costa
<b>Cena 25</b> 23:58 – 24:06	Créditos	BG: Divino Maravilhoso – Gal Costa
<b>Cena 25</b> 24:07 – 24:10	Logomarca da PUC Goiás	BG: Divino Maravilhoso – Gal Costa

**Apêndice 2** – A autorização de uso de som e imagem dos entrevistados foi concedida por meio de vídeo, podendo ser acessada pelo link:

<https://youtu.be/Jn7g9kSIEIE>